

2022

CAIO PAIVA

# DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL  
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

- › Prte Especl do Códoo Penl notd com uldos e súmuls do STF e do STJ
- › Ms de 800 uldos resumdos
- › Nots explctvs sobre dverêncs entre o STF e do STJ

  
EDITORA  
**CEI**

# DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL  
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

2022

CAIO PAIVA

# DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL  
NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ

- › Parte Especial do Código Penal anotada com julgados e súmulas do STF e do STJ
- › Mais de 800 julgados resumidos
- › Notas explicativas sobre divergências entre o STF e do STJ

  
EDITORA  
**CEI**

# SUMÁRIO

PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	43
NOTA DO AUTOR.....	45

## TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

### CAPÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A VIDA

#### **Art. 121**

121.1. Femicídio em contexto de violência doméstica e familiar .....	48
121.2. Qualificadora do art. 121, § 7º, III .....	48
121.3. Compatibilidade do dolo eventual com as qualificadoras objetivas.....	49
121.4. Qualificadora do homicídio mercenário e aplicação ao mandante .....	49
121.5. Homicídio qualificado-privilegiado não é crime hediondo .....	49
121.6. Patamar de redução da pena do homicídio privilegiado .....	49
121.6. Imputação da causa de aumento do homicídio culposo.....	50
121.7. Inconstitucionalidade da legítima defesa da honra .....	50
121.8. Qualificadora do homicídio praticado com emprego de meio de que possa resultar em perigo comum.....	52
121.9. Incompatibilidade da qualificadora do meio cruel com o dolo eventual.....	52
121.10. Remoção de órgãos .....	53
121.11. Motivo fútil e discussão anterior entre autor e vítima .....	53
121.12. Ciúme e motivo torpe .....	53
121.13. Homicídio contra menor de 18 anos e exasperação da pena-base .....	54
121.14. Perdão judicial no homicídio culposo.....	54
121.15. Homicídio privilegiado e homicídio .....	54
121.16. Início da vida extrauterina.....	54
121.17. Crime praticado em plena luz do dia e exasperação da pena-base.....	54

121.18. Redução da pena pela tentativa de homicídio branca ou incruenta.....	55
121.19. Homicídio duplamente qualificado e <i>bis in idem</i> .....	55
121.20. Majorante do homicídio culposo e ausência de <i>bis in idem</i> .....	55
121.21. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado.....	55
121.22. Competência territorial.....	55
121.23. Homicídio na direção de veículo automotor.....	56
121.24. Homicídio decorrente da prática de “racha” e motivo fútil.....	57
121.25. Majorante do crime culposo e morte instantânea da vítima.....	57
121.26. Reiteração de golpes na vítima como meio cruel.....	57
121.27. Prova do crime de homicídio.....	57
121.28. Transmissão dolosa do vírus HIV.....	57
121.29. Fração da redução pelo homicídio privilegiado.....	58
121.30. Caracterização da qualificadora do perigo comum.....	58
121.31. Possibilidade de coexistência entre as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio.....	58
121.32. Prestação de socorro no homicídio culposo.....	58
121.33. Homicídio culposo decorrente de erro médico e necessidade de perícia.....	58
121.34. Exasperação da pena-base do homicídio culposo pelo intenso sofrimento da vítima.....	59
<b>Art. 122</b>	
122.1. Inadmissibilidade da provocação indireta do suicídio.....	60
<b>Art. 123</b>	
<b>Art. 124</b>	
124.1. Não recepção.....	60
124.2. Interrupção de gravidez de feto anencéfalo.....	60
124.3. Exame de corpo de delito indireto.....	60
<b>Art. 125</b>	
125.1. Admissibilidade simultânea do crime de provocação do aborto e do feminicídio majorado.....	61
<b>Art. 126</b>	
<b>Art. 127</b>	
<b>Art. 128</b>	

## CAPÍTULO II DAS LESÕES CORPORAIS

<b>Art. 129</b>	
129.1. Deformidade permanente e cirurgia estética posteriormente ao crime.....	63

129.2. Lesão corporal grave e gravíssima no mesmo contexto .....	63
129.3. Lesão corporal grave e ausência de laudo pericial.....	64
129.4. Aplicação da majorante do § 9º em ambiente de trabalho .....	64
129.5. Perda de dentes como lesão corporal grave .....	64
129.6. Lesão corporal seguida de morte e ausência denexo causal .....	64
129.7. Aplicação da qualificadora do § 9º a homens .....	64
129.8. Violência doméstica contra a mulher e ação penal.....	65
129.9. Violência doméstica contra a mulher e pena restritiva de direitos.....	65
129.10. Violência doméstica contra a mulher e princípio da insignificância.....	65
129.11. Violência doméstica e familiar e coabitação .....	65

CAPÍTULO III  
**DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE**

**Art. 130**

**Art. 131**

**Art. 132**

**Art. 133**

**Art. 134**

**Art. 135**

**Art. 135-A**

**Art. 136**

136.1. Diferença com o crime de tortura .....	67
---	----

CAPÍTULO IV  
**DA RIXA**

**Art. 137**

137.1. Rixa e homicídio .....	68
-------------------------------	----

CAPÍTULO V  
**DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

**Art. 138**

138.1. Crimes contra a honra cometidos por meio de carta e ausência de <i>bis in idem</i> ...	68
138.2. Mera alusão ao <i>nomen iuris</i> .....	68
138.3. Calúnia e exercício da advocacia.....	69
138.4. É indispensável que o agente tenha conhecimento da falsidade da imputação....	69
138.5. Momento processual para apresentar a exceção da verdade em ações penais que tramitam perante Tribunais Superiores .....	69

138.6. Sustentação oral em exceção da verdade.....	70
138.7. Exceção da verdade oposta em face de autoridades públicas.....	70
138.8. Ônus da prova na exceção da verdade.....	70
138.9. Exceção da verdade e prescrição.....	71
138.10. Inépcia da peça acusatória.....	71
138.11. Início dos prazos prescricional e decadencial.....	71
<b>Art. 139</b>	
139.1. Pessoa jurídica como vítima.....	71
139.2. Difamação e pessoas públicas.....	71
139.3. Crime praticado por meio de publicação de vídeo no qual o discurso da vítima seja editado.....	72
139.4. Esposa tem legitimidade para propor queixa-crime contra autor de postagem que sugere relação extraconjugal do marido.....	72
139.5. Intenções que não configuram crimes contra a honra.....	72
139.6. Exceção da verdade e função pública.....	72
<b>Art. 140</b>	
140.1. Conversa ouvida acidentalmente pela vítima.....	73
140.2. Pena de injúria qualificada não é desproporcional.....	73
140.3. Ofensas recíprocas.....	73
140.4. Diferença entre injúria comum e a injúria prevista no Código Eleitoral.....	74
140.5. Imprescritibilidade da injúria racial.....	74
140.6. Caracterização do crime.....	74
140.7. Fato que consubstancia injúria qualificada e racismo.....	74
<b>Art. 141</b>	
141.1. Competência no crime contra a honra praticado por meio de publicação impressa e pela internet.....	75
141.2. Exceção da notoriedade e competência.....	76
<b>Art. 142</b>	
142.1. Homens públicos e crimes contra a honra.....	76
<b>Art. 143</b>	
143.1. Retração da calúnia.....	76
143.2. Retração parcial.....	77
<b>Art. 144</b>	
144.1. Determinação das vítimas.....	77
<b>Art. 145</b>	
145.1. Legitimidade concorrente.....	77

CAPÍTULO VI  
**DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL**

SEÇÃO I  
**DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL**

<b>Art. 146</b>	
<b>Art. 147</b>	
147.1. Consumação e competência.....	78
147.2. Elemento subjetivo.....	79
<b>Art. 147-A</b>	
<b>Art. 147-B</b>	
147-B.1. Irretroatividade.....	79
<b>Art. 148</b>	
148.1. Concurso entre os crimes de estupro e cárcere privado.....	80
148.2. Tentativa.....	80
148.3. Caracterização do crime.....	80
148.4. Crime permanente.....	81
148.5. Retenção do condutor do veículo roubado.....	81
<b>Art. 149</b>	
149.1. Independência de instâncias.....	82
149.2. Elementos inerentes ao crime e dosimetria da pena.....	82
149.3. Caracterização do crime.....	82
149.4. Tipo misto alternativo.....	82
149.5. Desnecessidade da violência física.....	83
149.6. Competência da Justiça Federal.....	83
149.7. Desnecessidade de restrição física da liberdade de locomoção.....	83
<b>Art. 149-A</b>	
149-A.1. Competência da Justiça Federal.....	85

SEÇÃO II  
**DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DO DOMICÍLIO**

<b>Art. 150</b>	
150.1. Ingresso e permanência sem autorização em gabinete de delegado da polícia federal.....	86
150.2. Autorização do morador.....	86
150.3. Autorização feita por quem não é proprietário.....	86
150.4. Entrada forçada em domicílio.....	86



SEÇÃO III  
**DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA**

**Art. 151**

151.1. O direito à inviolabilidade das comunicações não é absoluto ..... 87

**Art. 152**

SEÇÃO IV  
**DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE  
DOS SEGREDOS**

**Art. 153**

**Art. 154**

**Art. 154-A**

**Art. 154-B**

TÍTULO II  
**DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

CAPÍTULO I  
**DO FURTO**

**Art. 155**

155.1. Folhas de cheque como objeto material do crime de furto.....	90
155.2. Subtração de bens que se encontram no interior de veículo automotor mediante destruição ou avaria.....	91
155.3. Furto de água mediante fraude .....	91
155.4. Furto qualificado-privilegiado .....	91
155.5. Consumação .....	92
155.6. Majorante do repouso noturno e furto cometido em via pública .....	92
155.7. Majorante do repouso noturno e forma qualificada do crime de furto.....	92
155.8. Privilégio como direito subjetivo .....	93
155.9. Configuração da qualificadora do rompimento de obstáculo .....	93
155.10. Majorante do repouso noturno e vítimas acordadas no momento do crime.....	93
155.11. Fundamentação da escolha da pena no furto privilegiado .....	93
155.12. Valor do objeto do furto como circunstância judicial desfavorável .....	94
155.13. Majorante do repouso noturno e estabelecimento comercial ou residência desabitada .....	94
155.14. Exasperação da pena-base porque o réu agiu de forma sorrateira.....	94
155.15. Comprovação da qualificadora da escalada.....	94
155.16. Conceito de chave falsa .....	95

155.17. Aplicação da majorante do crime de roubo ao furto qualificado.....	95
155.18. Princípio da insignificância e bem de valor sentimental inestimável.....	95
155.19. Princípio da insignificância e objeto de valor superior a um salário mínimo ....	95
155.20. Furto mediante ingresso sub-reptício na residência da vítima e princípio da insignificância .....	96
155.21. Furto qualificado pelo abuso de confiança e princípio da insignificância.....	96
155.22. Reincidência e princípio da insignificância.....	96
155.23. Vigilância por meios eletrônicos e crime impossível .....	96
155.24. Parâmetro para reconhecer o privilégio.....	97
155.25. Furto de energia elétrica e pagamento do débito antes do recebimento da denúncia .....	97
155.26. Furto de sinal de TV por assinatura.....	97
155.27. Caracterização da qualificadora da destreza .....	97
155.28. Atipicidade do furto de uso .....	98
155.29. Continuidade delitiva entre furto e roubo.....	98
155.30. Parâmetro do valor para se reconhecer o furto privilegiado.....	98
155.31. Diferença entre furto mediante fraude e estelionato .....	98
155.32. Configuração da qualificadora da escalada.....	98
155.33. Furto mediante fraude e “chupa-cabra” .....	98
155.34. Furto mediante fraude eletrônica e competência .....	99
155.35. Furto de cartão de conta bancária que tinha a senha anotada junto a ele.....	99
155.36. Participação de menor inimputável e qualificadora do concurso de agentes.....	99

**Art. 156**

156.1. Representação.....	100
---------------------------	-----

CAPÍTULO II  
**DO ROUBO E DA EXTORSÃO**

**Art. 157**

157.1. Atos preparatórios impuníveis.....	101
157.2. Majorante do emprego de arma e ausência de apreensão.....	101
157.3. Arma de fogo sem poder para disparar .....	101
157.4. Princípio da insignificância .....	102
157.5. Roubo privilegiado .....	102
157.6. Simulação do poder de arma .....	102
157.7. Roubo impróprio e tentativa .....	102
157.8. Consumação do roubo impróprio .....	102

157.9. Majorante do concurso de pessoas e condenação por corrupção de menores....	103
157.10. Lucro fácil como motivo para exasperar a pena-base .....	103
157.11. Consumação do roubo próprio .....	103
157.12. Caracterização .....	103
157.13. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes.....	103
157.14. Gravidade da lesão no crime de tentativa de latrocínio .....	104
157.15. Coautoria no crime de latrocínio .....	104
157.16. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão .....	104
157.17. Grave ameaça cometida verbalmente .....	104
157.18. Reconhecimento de mais de uma majorante .....	104
157.19. Concretização dos elementos da violência ou grave ameaça do crime de roubo.....	104
157.20. Exasperação da pena-base porque a vítima foi atacada quando estava dentro de um ônibus .....	105
157.21. Emprego de arma branca como fundamento para aumentar a pena-base .....	105
157.22. Constitucionalidade da majorante do roubo consumado por arma de fogo ....	105
157.23. Latrocínio com pluralidade de vítimas fatais .....	105
157.24. Diferença que roubo próprio e roubo impróprio.....	106
157.25. Inexistência de objeto de valor em poder da vítima .....	106
157.26. Arrebatamento de bolsa.....	106
157.27. Momento de considerar a majorante do concurso formal .....	106
157.28. Ameaça contra uma só pessoa .....	106
157.29. Coautoria com menor inimputável.....	106
157.30. Latrocínio e agente que não efetuou o disparo fatal .....	107
157.31. Concurso dos crimes de roubo e posse ilegal de arma de fogo .....	107
157.32. Consunção do crime de roubo pelo crime de latrocínio .....	107
157.33. Emprego de arma de fogo e majorante do crime de roubo .....	107
157.34. Ausência de restituição dos bens à vítima como fundamento para exasperar a pena-base .....	107
157.35. Dívida de táxi.....	108
157.36. Agente que tenta matar a vítima dolosamente e subtrair seus pertences .....	108
157.37. Concurso formal impróprio no latrocínio .....	108
157.38. Roubo de uso é crime.....	108
157.39. Perícia que constata a inaptidão da arma de fogo apreendida .....	108
157.40. Roubo no interior de ônibus e patrimônios diversos.....	109

157.41. Incidência da majorante do § 2º ao crime de roubo qualificado pelo resultado lesão grave .....	109
157.42. Um crime complexo.....	109
157.43. Sujeito passivo.....	109
157.44. Inexistência de bens materiais .....	109
157.45. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e latrocínio.....	110
157.46. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e furto .....	110
157.47. Continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão .....	110
157.48. Compreensão do termo “transporte de valores” .....	110
157.49. Transporte de automóvel para outro Estado ou país e incidência da qualificadora.....	110
157.50. Privação da liberdade realizada para assegurar o exaurimento do crime de roubo.....	110
157.51. Emprego de arma de fogo desmuniçada ou de simulacro.....	111
157.52. Emprego de arma de fogo inidônea .....	111
157.53. Consunção entre os crimes de porte de arma de fogo e roubo .....	111
157.54. Simulação de arma de fogo.....	111
157.55. Compreensão da qualificadora do § 3º .....	111
157.56. Continuidade delitiva entre os crimes de latrocínio e extorsão .....	112
157.57. Confissão somente da subtração do bem .....	112
157.58. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível .....	112
157.59. Competência para julgar o crime de latrocínio .....	112
157.60. Consumação do crime de latrocínio.....	112
157.61. Aumento na terceira fase da dosimetria da pena no crime de roubo circunstanciado .....	113
157.62. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão .....	113

**Art. 158**

158.1. Ameaça de destruição do bem.....	113
158.2. Configuração da grave ameaça .....	113
158.3. Concurso material entre os crimes de roubo e extorsão .....	114
158.4. Extorsão mediante mal espiritual .....	114
158.5. Competência para julgar o crime na modalidade “falso sequestro” .....	114
158.6. Incidência da majorante do § 1º no caso da extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima .....	114
158.7. Natureza formal.....	115
158.8. Monitoramento por policiais após a consumação.....	115
158.9. Ausência de saldo no banco.....	116

158.10. Aplicação das majorantes .....	116
158.11. Pena cominada ao § 3º e princípio da proporcionalidade.....	116
158.12. Diferença entre os crimes de extorsão e estelionato .....	116
158.13. Diferença entre os crimes de roubo e extorsão .....	116

**Art. 159**

159.1. Consumação .....	117
159.2. Coexistência dos crimes de extorsão mediante sequestro majorado pelo concurso de pessoas e da associação criminosa .....	117
159.3. Delação premiada .....	117
159.4. Privação de liberdade por tempo exíguo .....	118
159.5. Circunstâncias que autorizam a exasperação da pena-base .....	118

**Art. 160**

160.1. Cheque pré-datado como objeto material .....	118
---	-----

CAPÍTULO III  
**DA USURPAÇÃO**

**Art. 161**

161.1. Esbulho possessório, sistema financeiro de habitação e competência .....	119
161.2. Esbulho possessório de assentamento de terras do Incra e competência .....	119
161.3. Invasão de propriedades para o fim de reforma agrária .....	119

**Art. 162**

CAPÍTULO IV  
**DO DANO**

**Art. 163**

163.1. Patrimônio público e princípio da insignificância .....	120
163.2. Destruição de acessões feitas em terras indígenas.....	122
163.3. Dano contra o patrimônio do Distrito Federal .....	122
163.4. Violência ou grave ameaça no crime de dano qualificado .....	123
163.5. Dano à cela para fuga do preso e elemento subjetivo .....	123
163.6. Dano qualificado e meios de execução .....	123
163.7. Prejuízo da vítima e exasperação da pena-base.....	123

**Art. 164**

**Art. 165**

**Art. 166**

**Art. 167**

CAPÍTULO V  
**DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA**

**Art. 168**

168.1. Natureza do síndico a que se refere o § 1º, II .....	124
168.2. Descumprimento de obrigação contratual.....	124
168.3. Crime próprio.....	125
168.4. Consumação.....	125
168.5. Reparação do dano.....	125
168.6. Comprovação .....	125
168.7. Incomunicabilidade da majorante do § 1º .....	125
168.8. Prévia prestação de contas.....	125
168.9. Bem fungível.....	125
168.10. Fundação de direito privado e competência .....	126

**Art. 168-A**

168-A.1. Pagamento integral do débito tributário e extinção da punibilidade.....	127
168-A.2. Natureza material.....	127
168-A.3. Prisão por dívida .....	127
168-A.4. Dolo genérico .....	127
168-A.5. Descumprimento de lei municipal atinente a recolhimento a autarquia previdenciária .....	127
168-A.6. Insignificância.....	128
168-A.7. Efeitos da suspensão da exibibilidade de crédito tributário na prescrição .....	128
168-A.8. Crime pluriofensivo .....	128
168-A.9. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base.....	128
168-A.10. Continuidade normativo-típica.....	128
168-A.11. Retroatividade da Lei 9.983/2000.....	129
168-A.12. Suspensão do prazo prescricional .....	129
168-A.13. Prova da materialidade.....	129
168-A.14. Continuidade delitiva e empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial .....	129
168-A.15. Continuidade delitivas entre os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária .....	130
168-A.16. Inépcia da denúncia.....	130
168-A.17. Continuidade delitiva .....	130
168-A.18. Inexigibilidade de conduta diversa.....	130
168-A.19. Adesão ao REFIS.....	130

<b>Art. 169</b>	
169.1. Distinção com o crime de estelionato.....	131
169.2. Crime permanente.....	131
169.3. Correios, propriedade do bem e competência .....	131

**Art. 170**

CAPÍTULO VI  
**DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES**

**Art. 171**

171.1. Crime contra a economia popular por pirâmide financeira e identificação de algumas vítimas.....	133
171.2. Ação penal e retroatividade.....	133
171.3. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro.....	134
171.4. Estelionato qualificado-privilegiado .....	134
171.5. Vantagem ilícita.....	134
171.6. Estelionato judicial .....	135
171.7. Cheque pré ou pós datado e ausência de fraude.....	135
171.8. Exasperação da pena-base .....	135
171.9. Reparação do dano .....	136
171.10. Estelionato previdenciário e princípio da insignificância.....	136
171.11. Consunção entre os crimes de falso e de estelionato.....	136
171.12. Abuso de confiança.....	136
171.13. Alteração no medidor de energia elétrica .....	136
171.14. Estelionato qualificado e princípio da insignificância .....	136
171.15. Atipicidade da “cola eletrônica” .....	136
171.16. Estelionato previdenciário: permanente para o beneficiário e instantâneo de efeitos permanentes para o agente que pratica a fraude .....	137
171.17. Estelionato previdenciário em continuidade delitiva.....	138
171.18. Aplicação da Súmula 554 do STF ao estelionato em seu tipo fundamental.....	138
171.19. Natureza formal do crime do art. 171, § 2º, V .....	138
171.20. Emissão de cheque como garantia de dívida .....	139
171.21. Sujeito passivo.....	139
171.22. Consumação .....	139
171.23. Tentativa .....	139
171.24. Estelionato privilegiado.....	139

171.25. Diferença entre furto mediante fraude e estelionato .....	139
171.26. Resultado duplo .....	140
171.27. Crime impossível .....	140
171.28. Venda premiada.....	140
171.29. Oferta de serviços por telefone .....	140
171.30. Estelionato previdenciário e independência de instâncias .....	140
171.31. Benefício restabelecido por decisão judicial .....	140
171.32. Tempo de percepção do benefício e dosimetria.....	141
171.33. Atestado médico falso e dosimetria.....	141
171.34. Estelionato previdenciário e reparação do dano .....	141
171.35. Confiança da vítima e dosimetria.....	141
171.36. Tentativa de estelionato consistente em tentar receber valores relativos e precatório federal creditado em favor de particular e competência.....	141
171.37. Falsa promessa de compra de valores mobiliários .....	141
171.38. Crime de roubo e estelionato seguinte que não configura fato impunível .....	142
171.39. Advogado que, por meio de fraude, propões ações indenizatórias em nome de terceiros .....	142
171.40. Estelionato por meio de emissão de cheque sem fundos competência.....	142
171.41. Pagamento de cheque emitido sem fundos antes do recebimento da denúncia	142
171.42. Falso que se exaure no estelionato.....	143
171.43. Estelionato contra entidade autárquica da previdência social.....	143
171.44. Falsificação de cheque e competência.....	143
171.45. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado.....	143
171.46. Estelionato praticado mediante falsificação das guias de recolhimento das contribuições previdenciárias e competência.....	143
<b>Art. 172</b>	
172.1. Configuração do crime.....	143
172.2. Coautoria e participação .....	144
172.3. Negativação do nome da vítima e dosimetria .....	144
<b>Art. 173</b>	
<b>Art. 174</b>	
<b>Art. 175</b>	
175.1. Competência .....	144
<b>Art. 176</b>	
<b>Art. 177</b>	
<b>Art. 178</b>	
<b>Art. 179</b>	
179.1. Caracterização do crime.....	146



CAPÍTULO VII  
**DA RECEPÇÃO**

**Art. 180**

180.1. Objeto do crime .....	147
180.2. Habitualidade.....	147
180.3. Exasperação da pena-base em razão do valor do prejuízo .....	147
180.4. Aplicação da majorante do § 6º .....	147
180.5. Caracterização do crime de receptação qualificada .....	147
180.6. Busca de lucro fácil é elemento inerente ao crime de receptação .....	148
180.7. Majorante do § 6º e bens dos Correios.....	148
180.8. Condenação no delito antecedente.....	149
180.9. Consumação .....	149
180.10. Finalidade da qualificadora do § 1º.....	149
180.11. Impossibilidade de condenação simultânea pelos crimes de roubo e receptação do mesmo bem.....	149
180.12. Isenção de pena do autor do crime antecedente .....	149
180.13. Crime permanente na modalidade oculta.....	149
180.14. Princípio da insignificância .....	150
180.15. Perdão judicial e ato infracional .....	150
180.16. Autonomia da receptação .....	150
180.18. Natureza do crime antecedente .....	150
180.19. Presunção quanto à origem criminosa do bem .....	150
180.20. Advogado e ausência de imunidade .....	151

**Art. 180-A**

CAPÍTULO VIII  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 181**

181.1. Escusa absolutória e paternidade socioafetiva .....	151
--	-----

**Art. 182**

**Art. 183**

182.1. Furto e relação entre tio e sobrinho.....	152
--	-----

TÍTULO III  
**DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL**

<b>Art. 184</b>	
184.1. Adequação social.....	153
184.2. Comprovação.....	153
184.3. Princípio da insignificância.....	154
184.4. Crime permanente.....	154
184.5. Competência.....	154

**Art. 185**

**Art. 186**

CAPÍTULO II  
**DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO**

**Art 187**

**Art 188**

**Art. 189**

**Art. 190**

**Art. 191**

CAPÍTULO III  
**DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**Art. 192**

**Art. 193**

**Art. 194**

**Art. 195**

CAPÍTULO IV  
**DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL**

**Art. 196**

TÍTULO IV  
**DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

**Art. 197**

**Art. 198**

**Art. 199**

**Art. 200**

**Art. 201**

<b>Art. 202</b>	
<b>Art. 203</b>	
	203.1. Pagamento de salário a menor..... 158
<b>Art. 204</b>	
<b>Art. 205</b>	
	205.1. Exercer a advocacia com a inscrição na OAB suspensa..... 158
<b>Art. 206</b>	
<b>Art. 207</b>	

TÍTULO V  
**DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO  
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO**

**Art. 208**

CAPÍTULO II  
**DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

<b>Art. 209</b>	
<b>Art. 210</b>	
<b>Art. 211</b>	
	211.1. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue..... 159
	211.2. Crime permanente na forma ocultar..... 160
	211.3. Caracterização do crime e concurso com o homicídio..... 160
<b>Art. 212</b>	

TÍTULO VI  
**DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL  
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL  
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

<b>Art. 213</b>	
	213.1. Configuração da grave ameaça no crime de estupro .....161
	213.2. Laudo pericial não esclarecedor .....161
	213.3. Importância da palavra da vítima .....161
	213.4. Exasperação da pena-base .....161
	213.5. Fornecimento de droga como meio para a prática do crime de estupro .....161
	213.6. Exasperação da pena-base por abuso de confiança .....161

213.7. Retroatividade da Lei 12.015/2009.....	162
213.8. Configuração do beijo lascivo como estupro.....	162
213.9. Um tipo misto alternativo.....	162
213.10. Compreensão de ato libidinoso.....	163
213.11. Comprovação da idade da vítima.....	163
213.12. Impotência momentânea e crime impossível .....	163
213.13. Irrelevância do comportamento da vítima .....	163
<b>Art. 214</b>	
<b>Art. 215</b>	
<b>Art. 215-A</b>	
<b>Art. 216</b>	
<b>Art. 216-A</b>	
216-A.1. Relação entre professor e aluno .....	164

#### CAPÍTULO I-A

#### **(Incluído pela Lei nº 13.772, de 2018)** **DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL**

#### **Art. 216-B**

#### CAPÍTULO II

#### **DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL** **(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)**

#### **Art. 217**

#### **Art. 217-A**

217-A.1. Consumação .....	166
217-A.2. Estupro sem contato físico entre agente e vítima .....	166
217-A.3. Erro de tipo em relação à idade da vítima .....	166
217-A.4. Valoração negativa das circunstâncias do crime pela criação de uma relação falsa de amizade .....	167
217-A.5. <i>Modus operandi</i> e regime inicial fechado .....	167
217-A.6. Vítima incapaz, presunção de violência e inaplicabilidade do crime de importunação sexual.....	167
217-A.7. Trauma causado à vítima .....	167
217-A.8. Caracterização da vulnerabilidade da vítima.....	168
217-A.9. Vulnerabilidade decorrente do estado de sono.....	168
217-A.10. Consentimento da vítima.....	168
217-A.11. Não se exige conjunção carnal .....	168
217-A.12. Irmã como garantidora.....	169

217-A.13. Impossibilidade de desclassificar para o crime de importunação sexual .....	169
217-A.14. Vítima amarrada com as mãos para trás .....	169
217-A.15. Continuidade delitiva .....	170
217-A.16. Revogação do art. 9º da Lei dos Crimes Hediondos .....	171
217-A.17. Síndrome do segredo.....	171
217-A.18. Contemplanção lasciva.....	171
217-A.19. Experiência sexual anterior e eventual homossexualidade.....	171
<b>Art. 218</b>	
<b>Art. 218-A</b>	
218-A.1. Configuração do crime .....	172
218-A.2. Vítima bebê e desenvolvimento da dignidade sexual.....	172
<b>Art. 218-B</b>	
218-B.1. Inexigência da figura do terceiro intermediador .....	173
218-B.2. Não se exige relacionamento sexual habitual .....	174
218-B.3. Sujeito passivo.....	174
218-B.4. Vulnerabilidade aferida pelo critério biológico ou etário.....	174
<b>Art. 218-C</b>	

CAPÍTULO III  
**DO RAPTO**

<b>Art. 219</b>	
<b>Art. 220</b>	
<b>Art. 221</b>	
<b>Art. 222</b>	

CAPÍTULO IV  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

<b>Art. 223</b>	
<b>Art. 224</b>	
<b>Art. 225</b>	
225.1. Vulnerabilidade temporária e ação penal.....	175
225.2. Violência real.....	176
<b>Art. 226</b>	
226.1. Crime de estupro praticado por bisavô .....	177

CAPÍTULO V  
**DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO  
OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL**  
(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

<b>Art. 227</b>	
<b>Art. 228</b>	
228.1. Caracterização do crime.....	178
<b>Art. 229</b>	
229.1. Tipicidade e adequação social.....	178
229.2. Prisão em flagrante.....	178
229.3. Exigência de exploração sexual .....	178
229.4. Ausência de relacionamento sexual das aliciadas no momento da fiscalização..	179
<b>Art. 230</b>	
230.1. Rufianismo e casa de prostituição .....	179
230.2. Ganho decorrente de atividades diversas da prostituição.....	179
<b>Art. 231</b>	
<b>Art. 231-A</b>	
<b>Art. 232</b>	
<b>Art. 232-A</b>	

CAPÍTULO VI  
**DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR**

<b>Art. 233</b>	
233.1. Prática do ato obsceno para uma criança .....	180
233.2. Liberdade de expressão .....	180
<b>Art. 234</b>	
234.1. Adequação social.....	181

CAPÍTULO VII  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**  
(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

<b>Art. 234-A</b>	
234-A.1. Aumento da pena pela gravidez .....	182
<b>Art. 234-B</b>	

TÍTULO VII  
**DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO**

<b>Art. 235</b>	
235.1. Falsidade ideológica e princípio da consunção.....	182
<b>Art. 236</b>	
<b>Art. 237</b>	
<b>Art. 238</b>	
<b>Art. 239</b>	
<b>Art. 240</b>	

CAPÍTULO II  
**DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO**

<b>Art. 241</b>	
<b>Art. 242</b>	
<b>Art. 243</b>	

CAPÍTULO III  
**DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR**

<b>Art. 244</b>	
244.1. Ausência de comprovação do elemento normativo “sem justa causa” .....	184
244.2. Caráter procrastinatório da ação civil .....	184
<b>Art. 245</b>	
245.1. Concurso entre os crimes de abandono material e entrega de filho menor a pessoa inidônea .....	185
<b>Art. 246</b>	
<b>Art. 247</b>	

CAPÍTULO IV  
**DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA**

<b>Art. 248</b>	
<b>Art. 249</b>	

TÍTULO VIII  
**DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES DE PERIGO COMUM**

<b>Art. 250</b>	
-----------------	--

250.1. Crime de perigo concreto .....	186
250.2. Elemento subjetivo .....	187
250.3. Majorante do fato de se tratar de casa habitada ou destinada à habitação.....	187
250.4. Perícia.....	187
<b>Art. 251</b>	
251.1. Tipicidade .....	187
251.2. Incêndio e explosão .....	188
251.3. Furto e explosão .....	188
<b>Art. 252</b>	
<b>Art. 253</b>	
<b>Art. 254</b>	
<b>Art. 255</b>	
<b>Art. 256</b>	
256.1. Representante legal de empresa que contratou a realização de obra.....	189
<b>Art. 257</b>	
<b>Art. 258</b>	
258.1. Configuração dos crimes de perigo comum na forma qualificada.....	189
<b>Art. 259</b>	

CAPÍTULO II  
**DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS**

<b>Art. 260</b>	
260.1. Bem jurídico .....	190
<b>Art. 261</b>	
261.1. Competência.....	191
<b>Art. 262</b>	
<b>Art. 263</b>	
<b>Art. 264</b>	
<b>Art. 265</b>	
<b>Art. 266</b>	

CAPÍTULO III  
**DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA**

<b>Art. 267</b>	
<b>Art. 268</b>	
<b>Art. 269</b>	
<b>Art. 270</b>	
270.1. Objeto jurídico.....	193



<b>Art. 271</b>	
271.1. Derrogação pela Lei 9.605/98.....	194
<b>Art. 272</b>	
<b>Art. 273</b>	
273.1. Venda de drogas e medicamento de procedência ignorada.....	195
273.2. Inconstitucionalidade do preceito secundário.....	195
273.3. Tentativa de remessa de medicamento sem registro da ANVISA.....	196
273.4. Natureza permanente.....	196
273.5. Desnecessidade de perícia.....	196
<b>Art. 274</b>	
<b>Art. 275</b>	
<b>Art. 276</b>	
<b>Art. 277</b>	
<b>Art. 278</b>	
<b>Art. 279</b>	
<b>Art. 280</b>	
<b>Art. 281</b>	
<b>Art. 282</b>	
282.1. Exercício da acupuntura.....	198
282.2. Crime de perigo abstrato.....	198
282.3. Concurso formal com o crime de tráfico de drogas.....	198
282.4. Absorção do crime de falso.....	198
282.5. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica.....	198
<b>Art. 283</b>	
<b>Art. 284</b>	
284.1. Curandeirismo e exercício ilegal de arte farmacêutica.....	199
<b>Art. 285</b>	

TÍTULO IX  
**DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA**

<b>Art. 286</b>	
286.1. Reunião privada.....	199
286.2. Caracterização do crime.....	200
286.3. Objetividade jurídica.....	201
<b>Art. 287</b>	
287.1. “Marcha da maconha”.....	201
287.2. Apologia de contravenção penal.....	201
<b>Art. 288</b>	
288.1. Identificação dos agentes.....	202

288.2. Condenação pelo crime de associação criminosa e por roubo qualificado pelo concurso de agentes.....	202
288.3. Autonomia dos crimes de associação criminosa e associação para o tráfico de drogas .....	202
288.4. Configuração do crime .....	202
288.5. Natureza permanente.....	203
288.6. Autonomia do crime .....	203
288.7. Basta que um membro seja imputável .....	203

**Art. 288-A**

288-A.1. Crime comum .....	203
288-A.2. Exasperação da pena-base.....	203

TÍTULO X  
**DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA**

CAPÍTULO I  
**DA MOEDA FALSA**

**Art. 289**

289.1. Severidade da pena e princípio da proporcionalidade.....	204
289.2. Idoneidade relativa .....	204
289.3. Princípio da insignificância.....	204
289.4. Ilegalidade de prisão preventiva.....	205
289.5. Aplicação das agravantes do art. 61, II, <i>e e h</i> .....	205
289.6. Arrependimento posterior .....	206
289.7. Pluriofensivo .....	206
289.8. Crime formal e de perigo abstrato.....	206
289.9. Grande quantidade de cédulas .....	207
289.10. Utilização de papel moeda grosseiramente falsificado.....	207

**Art. 290**

**Art. 291**

291.1. Uso do maquinário .....	207
--------------------------------	-----

**Art. 292**

CAPÍTULO II  
**DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS**

**Art. 293**

293.1. Desnecessidade de constituição definitiva do crédito tributário.....	209
---	-----

**Art. 294**

**Art. 295**

CAPÍTULO III  
**DA FALSIDADE DOCUMENTAL**

**Art. 296**

296.1. Tipicidade.....210

296.2. Prova pericial .....210

**Art. 297**

297.1. Substituição da fotografia em documento de identidade.....211

297.2. Nota fiscal é documento particular .....211

297.3. Natureza formal.....211

297.4. Omissão de anotação em CTPS.....211

297.5. Prefeito que insere artigo em projeto de lei aprovado pela Câmara .....212

297.6. Contrato social .....212

297.7. Competência no caso do § 4º .....212

297.8. Documento público estrangeiro.....213

297.9. Prontuário médico de hospital municipal .....213

297.10. Insignificância do crime de descaminho e consequência para o crime-meio de falso.....213

297.11. Documento emitido pela União e competência .....213

297.12. Falsificação e uso .....213

297.13. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA .....214

**Art. 298**

298.1. Falsificação de declaração de pobreza .....214

298.2. Clonagem de cartão de crédito.....214

**Art. 299**

299.1. Início do prazo prescricional.....215

299.2. Inexistência de prejuízo declarada na esfera cível.....215

299.3. Inserção de dado falso no currículo lattes.....215

299.4. Declaração falsa em pedido de residência provisória.....216

299.5. Ocultação do verdadeiro importador das mercadorias.....216

299.6. Advogado que substitui folha da petição inicial.....216

299.7. Falsa declaração de hipossuficiência.....216

299.8. Crime formal, bem jurídico protegido e sujeito passivo .....216

299.9. Documentos digitais.....216

299.10. Declaração sujeita a confirmação .....217

299.11. Petição apresentada em juízo.....	217
299.12. Prestação de contas.....	217
299.13. Recibos falsos de contribuinte.....	217
299.14. Recibos falsos emitidos por médico.....	217
299.15. Contrato de doação.....	218
299.16. Atestado de óbito com conteúdo falso.....	218
<b>Art. 300</b>	
<b>Art. 301</b>	
301.1. Sujeito ativo.....	219
<b>Art. 302</b>	
302.1. Atestado de óbito com conteúdo falso.....	219
<b>Art. 303</b>	
<b>Art. 304</b>	
304.1. Natureza formal.....	219
304.2. <i>Post factum</i> impunível.....	220
304.3. Exame pericial.....	220
304.4. Falsificação e uso.....	220
304.5. Cópia sem autenticação.....	220
304.6. Descaminho como crime-fim.....	221
304.7. Falso grosseiro.....	221
304.8. Foragido e autodefesa.....	221
304.9. Efetiva utilização do documento.....	221
304.10. Competência e certificado falso de conclusão de ensino médio para ingresso em curso de vigilante.....	221
304.11. Competência para julgar civil pelo crime de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar da CIR ou da CHA.....	222
304.12. Falso que se exaure no estelionato.....	222
304.13. Uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino e competência.....	222
304.14. Critério para definição da competência em razão da matéria.....	222
304.15. Uso de passaporte falso e competência.....	222
<b>Art. 305</b>	
305.1. Crime formal.....	222

CAPÍTULO IV  
**DE OUTRAS FALSIDADES**

**Art. 306**

<b>Art. 307</b>	
307.1. Situação de alegada autodefesa .....	223
307.2. Apresentação de documento falso por exigência da autoridade .....	223
307.3. Tipicidade .....	224
307.4. Obtenção de vantagem .....	224
307.5. Caráter subsidiário .....	224
<b>Art. 308</b>	
<b>Art. 309</b>	
<b>Art. 310</b>	
<b>Art. 311</b>	
311.1. Não se exige elemento subjetivo especial .....	225
311.2. Veículo semirreboque.....	225
311.3. Adulteração de placa dianteira ou traseira do veículo.....	225
311.4. Trocar placa .....	225

CAPÍTULO V  
**(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)**  
**DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO**  
**(Incluído pela Lei 12.550. de 2011)**

**Art. 311-A**

TÍTULO XI  
**DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CAPÍTULO I  
**DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO**  
**CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

<b>Art. 312</b>	
312.1. Prejuízo elevado e exasperação da pena-base.....	227
312.2. Obtenção de forma indevida de benefício previdenciário junto ao INSS em favor de terceiro.....	227
312.3. Funcionário público que se apropria das verbas pagas sem contraprestar os serviços .....	227
312.4. Particular como coautor do crime de peculato-furto .....	227
312.5. Uso de secretário parlamentar para prestar serviços de natureza diversa .....	228
312.6. Exasperação da pena-base pelo fato de o crime ter sido praticado por servidor do Poder Judiciário .....	228
312.7. Configuração do crime de peculato-desvio .....	228

312.8. Peculato-desvio por meio da nomeação de “funcionários fantasmas” .....	229
312.9. Peculato de uso .....	229
312.10. Advogado dativo como sujeito ativo do crime de peculato .....	229
312.11. Depositário judicial que vende os bens em seu poder.....	229
312.12. Estagiário de órgão público que apropria-se de valores.....	229
312.13. Peculato-desvio pela retenção de valores relativos a empréstimos consignados ....	230
312.14. Compreensão da expressão “posse” .....	230
312.15. Peculato-desvio e inexigência de que o desvio tenha se dado em proveito próprio.....	230
312.16. Crime pluriofensivo .....	231
312.17. Consumação do peculato-apropriação .....	231
312.18. Consumação do peculato-furto .....	231
312.19. Obtenção de vantagem ilícita.....	231
312.20. Servidor público que se apropria dos salários e não presta os serviços .....	231
312.21. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa .....	231
312.22. Aprovação do Tribunal de Contas.....	232
312.23. Contratação de funcionária da própria empresa como secretária parlamentar..	232
312.24. Princípio da insignificância.....	232
312.25. Desvio de verba por prefeito e competência .....	232

**Art. 313**

**Art. 313-A**

313-A.1. Peculato-eletrônico.....	233
313-A.2. Continuidade normativo-típica .....	233
313-A.3. Funcionário não autorizado .....	233
313-A.4. Não se trata de crime patrimonial.....	233
313-A.5. Crime instantâneo.....	233

**Art. 313-B**

313-B.1. Violação do painel do Senado .....	234
---	-----

**Art. 314**

**Art. 315**

315.2. Emprego de verba pública em obra diversa da programada.....	234
315.3. Desvio de recursos de convênio e sua aplicação em finalidade diversa.....	234

**Art. 316**

316.1. Natureza formal.....	235
316.2. Exasperação da pena-base pela qualidade funcional do agente .....	235

316.3. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime .....	236
316.4. Compreensão do crime de excesso de exação.....	236
316.5. Não pode ocorrer violência ou grave ameaça .....	236
316.6. Não ocorrência de crime impossível.....	236
316.7. Exasperação da pena-base pela condição de funcionário público e ausência de <i>bis in idem</i> .....	237
316.8. Tipicidade .....	237
<b>Art. 317</b>	
317.1. Ônus da prova sobre os elementos típicos .....	238
317.2. Natureza formal.....	238
317.3. Configuração do crime .....	238
317.4. Consumação na forma objetiva “receber” .....	238
317.5. Ausência de explicação razoável .....	239
317.6. Descrição específica do ato de ofício.....	239
317.7. Lucro fácil e cobiça como elementares do crime .....	239
317.8. Lavagem de dinheiro oriundo de corrupção passiva praticada pelo próprio agente .....	239
317.9. Inépcia da denúncia de corrupção ativa.....	239
317.20. Médico que cobra do paciente um valor para utilizar sua máquina particular	239
317.21. Desnecessidade de vinculação com prática, omissão ou retardamento de “ato de ofício” .....	240
317.22. Autonomia entre os crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais .....	241
317.23. Agente que não solicitou, mas recebeu vantagem indevida .....	241
317.24. Corrupção passiva imprópria .....	241
317.25. Antecedente ou subsequente .....	241
317.26. Mais de uma solicitação .....	242
317.27. Crime cometido por membro do Ministério Público e exasperação da pena-base.....	242
<b>Art. 318</b>	
318.1. Competência .....	242
<b>Art. 319</b>	
319.1. Delineamento do crime .....	242
319.2. Demora na condução de processo de <i>impeachment</i> .....	243
319.3. Configuração do crime .....	243
319.4. Disposição expressa de lei.....	243
<b>Art. 319-A</b>	
<b>Art. 320</b>	

320.1. Caracterização do crime.....	244
<b>Art. 321</b>	
321.1. Crime próprio, formal e de concurso eventual.....	244
<b>Art. 322</b>	
322.1. Lei de Abuso de Autoridade .....	245
<b>Art. 323</b>	
<b>Art. 324</b>	
<b>Art. 325</b>	
<b>Art. 326</b>	
<b>Art. 327</b>	
327.1. Cargo comissionado sem antes possuir vínculo com a administração .....	246
327.2. Exercício de função em sociedade de economia mista e em empresa pública....	246
327.3. Natureza de majorante do § 2º.....	246
327.4. Dirigentes de organização social como funcionários públicos para fins penais	247
327.5. Médico particular em atendimento pelo SUS.....	247
327.6. Majoração da pena de agente detentor de mandato eletivo .....	247
327.7. Juiz federal como funcionário público para fins penais.....	247
327.8. Comunicação da majorante do § 2º.....	247
327.9. Aplicação da majorante do § 2º ao Chefe do Poder Executivo.....	248
327.10. Advogado dativo .....	248
327.11. Depositário judicial.....	248
327.12. Administrador de Loteria .....	248
327.13. Estagiário de órgão público.....	248
327.14. Dirigentes de autarquias .....	249
327.15. Mero exercício de mandato parlamentar .....	249
327.16. Padres destacados pela FUNAI equiparam-se a funcionários públicos.....	249

CAPÍTULO II  
**DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**

<b>Art. 328</b>	
328.1. Tipicidade .....	249
328.2. Crime comum .....	250
328.3. Competência .....	250
<b>Art. 329</b>	
<b>Art. 330</b>	
330.1. Descumprimento de condições de prisão domiciliar .....	250



330.2. Inexecução de ordem emanada de servidor público .....	250
330.3. Descumprimento de ordem de juiz para não usar celular durante audiência....	251
330.4. Descumprimento de ordem de parada.....	251
330.5. Exposição a pagamento de multa diária.....	251
330.6. Configuração do crime.....	252
330.7. Ordem encaminhada via postal.....	252
330.8. Recusa de Defensor Público-Geral de requisição judicial de nomeação de defensor .....	252
330.9. Descumprimento de ordem de oficial de justiça .....	252
330.10. A ordem precisa ser dirigida a quem tem o dever de obedecê-la.....	253
330.11. Omissão .....	253
330.12. Funcionário público como sujeito ativo .....	253
330.13. Acordo judicial .....	253
330.14. Requisição de servidor público .....	253
<b>Art. 331</b>	
331.1. Compatibilidade com o direito à liberdade de expressão .....	253
331.2. Recepção do crime de desacato .....	254
331.3. Convencionalidade .....	254
331.4. Forma de injúria .....	254
331.5. Elemento subjetivo.....	254
331.6. Retirada do plenário .....	254
331.7. Crime de forma livre .....	255
331.8. Funcionário público como sujeito ativo .....	255
331.9. Advogado como sujeito ativo .....	255
<b>Art. 332</b>	
332.1. Atipicidade da conduta do “comprador de fumaça” .....	255
332.2. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado .....	256
332.3. Consumação.....	256
332.4. Irrelevância do sujeito passivo acreditar no poder de influência do agente .....	256
<b>Art. 333</b>	
333.1. Princípio da insignificância .....	256
333.2. Casal de detentos que oferece vantagem a carcereiro para usufruir o direito de visita íntima.....	257
333.3. Oferecimento de vantagem a servidor da Justiça Eleitoral.....	257
333.4. Interposta pessoa.....	257
333.5. Falta de identificação do funcionário público corrompido .....	257
<b>Art. 334</b>	

334.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial .....	258
334.2. Natureza formal .....	260
334.3. Aplicação do princípio da insignificância .....	260
334.4. Competência em razão da matéria .....	261
334.5. Competência territorial.....	261
334.6. Absorve a falsidade ideológica .....	261
334.7. Questão prejudicial externa.....	261
334.8. Absorção do crime de falso pelo descaminho.....	262
334.9. Bem jurídico .....	262
334.10. Exame pericial .....	262
334.11. Procedência da mercadoria.....	262

**Art. 334-A**

334-A.1. Majorante da prática do crime por meio de transporte aéreo, marítimo ou fluvial.....	263
334-A.2. Princípio da insignificância .....	265
334-A.3. Importação de arma de pressão .....	265
334-A.4. Competência em razão da matéria.....	265
334-A.5. Importação de colete à prova de balas.....	265
334-A.6. Importação de arma de pressão por ação de gás comprimido .....	266
334-A.7. Exame pericial .....	266
334-A.8. Bem jurídico.....	266
334-A.9. Tributos iludidos .....	266
334-A.10. Dosimetria e quantidade de mercadorias.....	266
334-A.11. Pneumáticos .....	267
334-A.12. Produtos terapêuticos ou medicinais .....	267
334-A.13. Máquinas para exploração de jogos de azar .....	267

**Art. 335**

**Art. 336**

**Art. 337**

**Art. 337-A**

337-A.1. Elemento subjetivo.....	268
337-A.2. Atenuante inominada.....	269
337-A.3. Consumação .....	269
337-A.4. Descumprimento de obrigação acessória .....	269
337-A.5. Prefeito como sujeito ativo .....	269
337-A.6. Elevado prejuízo e exasperação da pena-base .....	269

CAPÍTULO II-A  
(Incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)  
**DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA  
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA**

**Art. 337-B**  
**Art. 337-C**  
**Art. 337-D**

CAPÍTULO II-B  
**DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)

**Art. 337-E**  
**Art. 337-F**  
**Art. 337-G**  
**Art. 337-H**  
**Art. 337-I**  
**Art. 337-J**  
**Art. 337-K**  
**Art. 337-L**

337-L.1. Crime formal..... 272

**Art. 337-M**  
**Art. 337-N**  
**Art. 337-O**  
**Art. 337-P**

CAPÍTULO III  
**DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**

**Art. 338**

338.1. Crime permanente.....274

338.2. Exame do mérito do decreto de expulsão .....274

**Art. 339**

339.1. Consumação .....274

339.2. Denúncia caluniosa e depoimento perante o Ministério Público..... 275

339.3. Bem jurídico protegido..... 275

339.4. Exigência de dolo direto ..... 275

339.5. Não se admite dolo eventual..... 275

339.6. Tipicidade ..... 276

339.7. Determinação do crime ..... 276

339.8. Investigação não instaurada ..... 276

339.9. Indiciamento..... 276

339.10. Direito de petição e não configuração do crime .....	276
339.11. Advogado .....	276
339.12. Instauração de sindicância administrativa.....	276
339.13. Processo administrativo na OAB.....	277
<b>Art. 340</b>	
<b>Art. 341</b>	
<b>Art. 342</b>	
342.1. Configuração do crime de falso testemunho e ausência de prestação de compromisso.....	277
342.2. Prescrição no processo em que teria havido a prática do crime .....	278
342.3. Advogado como partícipe do crime de falso testemunho.....	278
342.4. Mãe e representante legal da vítima como sujeito ativo.....	278
342.5. Falso testemunho em processo cível .....	278
342.6. Natureza formal.....	279
342.7. Teoria subjetiva.....	279
342.8. Dispensa de qualquer procedimento investigativo prévio .....	279
342.9. Carta precatória .....	279
342.10. Desnecessidade de sentença no processo em que ocorreu o falso testemunho	279
342.11. Ausência de responsabilização da testemunha pelo crime de falso testemunho..	280
342.12. Autoincriminação .....	280
342.13. Falso testemunho em processo trabalhista e competência.....	280
<b>Art. 343</b>	
343.1. Consumação .....	280
343.2. Oferecimento posterior ao depoimento .....	281
<b>Art. 344</b>	
344.1. Natureza formal .....	281
344.2. Simples contato de familiares do réu com testemunhas .....	281
344.3. Coação a testemunhas no contexto de procedimento de investigação criminal do Ministério Público.....	281
344.4. Concurso material de crimes .....	282
344.5. Finalidade específica .....	282
344.6. Perda do emprego.....	282
344.7. Ameaça de perseguição cível .....	282
<b>Art. 345</b>	
345.1. Consumação.....	283
345.2. Prostituta que arranca cordão de cliente que não quis pagar o programa .....	283
<b>Art. 346</b>	

346.1. Constitucionalidade da parte final do preceito primário.....	283
<b>Art. 347</b>	
347.1. Não configuração do crime.....	284
347.2. Homicida que, para ocultar o cadáver, apaga vestígios de sangue .....	284
347.3. Crime comum e formal .....	284
<b>Art. 348</b>	
348.1. Auxílio para prestação de socorro médico ao criminoso.....	285
<b>Art. 349</b>	
349.1. Favorecimento real e coautoria no crime .....	285
<b>Art. 349-A</b>	
349-A.1. Ingresso na prisão com chip de celular .....	285
<b>Art. 350</b>	
<b>Art. 351</b>	
351.1. Concurso de agentes para facilitar a fuga de preso.....	286
351.2. Concurso de crimes.....	286
351.3. Carcereiro que liberta preso sem a pesquisa necessária .....	286
351.4. Menores internados em cumprimento de medida socioeducativa.....	287
351.5. Militar e promove ou facilita a fuga de preso e competência .....	287
<b>Art. 352</b>	
<b>Art. 353</b>	
<b>Art. 354</b>	
<b>Art. 355</b>	
355.1. Exigência de outorga de poderes.....	287
355.3. Configuração do crime de tergiversação .....	288
355.4. Tergiversação em processo trabalhista e competência .....	288
355.5. Exigência de conflito de pretensões.....	288
355.6. Advogado público e ausência do crime .....	288
<b>Art. 356</b>	
356.1. Advogado que atua em causa própria e deixa de devolver o processo.....	288
<b>Art. 357</b>	
357.1. Tipicidade .....	289
357.2. Prestígio direto ou indireto .....	289
357.3. Funcionário público imaginário.....	289
<b>Art. 358</b>	
<b>Art. 359</b>	
359.1. Decisão de natureza penal .....	289

CAPÍTULO IV  
**DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS**  
**(Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)**

**Art. 359-A**

**Art. 359-B**

**Art. 359-C**

359-C.1. Sujeito ativo ..... 291

**Art. 359-D**

359-D.1. Remanejamento de verbas ..... 291

359-D.2. Norma penal em branco e despesa legítima..... 291

**Art. 359-E**

**Art. 359-F**

**Art. 359-G**

**Art. 359-H**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 360**

**Art. 361**